

DIREITOS HUMANOS

PPB barra tentativas de tirar Bolsonaro da Comissão

Leonardo Cavalcanti

Da equipe do **Correio**

Deputados da Comissão de Direitos Humanos brigam em silêncio. Na sexta-feira, o presidente Nilmário Miranda (PT-MG), que assumiu o cargo há quatro meses, enviou carta ao líder do PPB, Odelmo Leão (MG), pedindo o afastamento do capitão da reserva Jair Bolsonaro (RJ), o polêmico parlamentar que afirmou que o regime militar foi "brando por ter matado poucas pessoas".

Integrante do PPB e suplente da comissão, que em tese investiga ameaças aos direitos humanos, Bolsonaro declarou em programa de televisão, em maio, que o país estaria melhor se fossem fuzilados "30 mil corruptos, a começar pelo presidente da República" e que em 20 anos de ditadura "morreu menos gente que durante o último carnaval em São Paulo."

"O deputado Bolsonaro tem se pronunciado nas sessões da comissão e fora dela, aberta e sistematicamente, contra os princípios universais dos direitos humanos, não raro provocando tumultos durante os trabalhos desse órgão", diz a carta. Em outro trecho, Nilmário afirma que a "ação invariável contra os direitos humanos não se coaduna (combina) com a participação numa comissão que tem por missão a defesa desses direitos".

Odelmo Leão até agora não respondeu à carta, mas adiantou que não vai tomar nenhuma atitude contra Bolsonaro. "Eu também não concordo com certas atitudes dos parlamentares da bancada dele (Nilmário Miranda), mas nem por isso peço a ele para mudar os seus deputados. Quem indica os representantes do meu partido sou eu. O deputado Jair Bolsonaro está mantido", disse Leão.

Irônico, Bolsonaro afirmou que a proposta da sua saída da comissão é desumana. "O problema desses caras é que eles não aceitam oposição", disse; para em seguida afirmar: "Na próxima reunião, vou vomitar o currículo de 20 marginais do Carandiru" (uma referência à chacina na penitenciária do Carandiru, em São Paulo, quando 111 presos foram assassinados, em 1992).

A dificuldade dos parlamentares em partir para uma ação mais enérgica no caso Bolsonaro é o receio de ferir o artigo 53 da Constituição, que assegura aos congressistas imunidade pelas palavras, atos e votos. "Se não tenho liberdade de opinião, é melhor que me cassem", costuma dizer Bolsonaro.